

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº /2021

(Do Sr. Glauber Braga, do Sr. Ivan Valente e da Sra. Sâmia Bomfim)

Requer Moção de Solidariedade à professora Gitânia Aquino, do colégio estadual Thales de Azevedo, em Salvador (BA), que sofreu tentativa de intimidação e censura, por conta do conteúdo das aulas que ministra.

Senhora Presidente da Comissão de Educação:

Requeiro, nos termos do Art. 117, *caput*, do Regimento Interno, seja submetido à apreciação do Plenário desta Comissão o presente Requerimento de Moção de Solidariedade à professora de filosofia **Gitânia Aquino**, do colégio estadual Thales de Azevedo, em Salvador (BA), vítima de tentativa de intimidação e censura ao ser convocada para depor na Delegacia de Repressão a Crimes contra a Criança e ao Adolescente.

Justificação

Na quadra histórica que o Brasil atravessa, um dos temas relacionados à educação que tem causado inquietação é a sucessão de ataques ao princípio da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” – inscrito no artigo 206 da Lei Maior, e reiterado na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB).

Referidos ataques, desferidos de diversas formas pelo Presidente da República e seus comandados, além de outras autoridades da República, ameaçam se disseminar, passando a ser replicados por cidadãos comuns, tomados por impulsos autoritários.

Nesse sentido, causa consternação o ataque sofrido por Gitânia Aquino, professora de filosofia do colégio estadual Thales de Azevedo, em Salvador, Bahia. Conforme noticiado na imprensa, a professora recebeu intimação para depor na Delegacia de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente, após uma aluna apresentar queixa sobre o conteúdo apresentado em sala de aula, com temas relacionados a questões de gênero, racismo, assédio, machismo e diversidade.

O ataque foi repudiado pela direção da escola, que afirmou, em nota:

"Infelizmente, as alegações de que os conteúdos curriculares das ciências



humanas são de cunho ‘esquerdista’ e os conteúdos de linguagens são de ‘doutrinação feminista’ têm provocado o enviesamento dos conhecimentos historicamente construídos e dos fenômenos sociais, em silenciamento dos docentes.”¹

Essa tentativa de intimidação e censura deve receber o mais veemente repúdio de todos quantos defendam os princípios basilares do Estado democrático de direito, consagrados na Constituição Cidadã de 1988, sobretudo neste momento em que o Presidente da República e seu Ministro da Educação dão mostras de repelir o livre intercâmbio de ideias, bem como a pluralidade de concepções pedagógicas.

A longa noite do arbítrio findou há décadas em nosso país, e vivemos sob a égide de uma Constituição promulgada com o espírito de ojeriza a toda ditadura, que nos cabe defender.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta Moção de Solidariedade.

Sala das sessões, em 22 de novembro de 2021.

Glauber Braga
(PSOL/RJ)

Ivan Valente
(PSOL/SP)

Sâmia Bomfim
(PSOL/SP)

1 Vide: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/professora-da-bahia-recebe-intimacao-policia-apos-queixa-de-aluna-sobre-conteudo-esquerdista.shtml?origin=folha> e <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/11/19/intimada-por-doutrinação-feminista-professora-de-escola-da-rede-publica-da-bahia-lamenta-situação-estou-muito-abalada.ghtml> (acesso em 22/11/2021)

